

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO
CURSO DE PEDAGOGIA – EDUCAÇÃO DO CAMPO

LAYS ALVES DA SILVA

**Gestão das escolas do Campo: o que dizem os estudos dos repositórios
acadêmicos e sujeitos de uma escola localizada no campo?**

JOÃO PESSOA – PB
2025

LAYS ALVES DA SILVA

**Gestão das escolas do Campo: o que dizem os estudos dos repositórios
acadêmicos e sujeitos de uma escola localizada no campo?**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
coordenação do curso de Pedagogia com área
de aprofundamento em educação do campo do
Centro de Educação da Universidade Federal da
Paraíba, como requisito para obtenção do título
de licenciada em Pedagogia, sob orientação da
Prof^a. Dr^a, Francisca Alexandre de Lima.

JOÃO PESSOA
2025

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S586g Silva, Lays Alves da.

Gestão das escolas do campo: o que dizem os estudos dos repositórios acadêmicos e sujeitos de uma escola localizada no campo? / Lays Alves da Silva. - João Pessoa, 2025.

49 f.

Orientação: Francisca Alexandre de Lima.

Trabalho de Conclusão de Curso - (Graduação em Pedagogia - área de aprofundamento em Educação do Campo) - UFPB/CE.

1. Gestão escolar. 2. Educação do campo. 3. Repositório acadêmico. I. de Lima, Francisca Alexandre. II. Título.

UFPB/CE

CDU 376.7(043.2)


LAYS ALVES DA SILVA

**GESTÃO DAS ESCOLAS DO CAMPO: O QUE DIZEM OS ESTUDOS
DOS REPOSITÓRIOS ACADÊMICOS E SUJEITOS DE UMA ESCOLA
LOCALIZADA NO CAMPO?**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à banca examinadora do Curso de Licenciatura em Pedagogia com área de aprofundamento em Educação do Campo da Universidade Federal da Paraíba como requisito parcial para obtenção do título de licenciada em Pedagogia – Educação do Campo.

Data de aprovação: 01/10/2025.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 FRANCISCA ALEXANDRE DE LIMA
Data: 06/10/2025 18:50:22-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>


Profa. Dra. Francisca Alexandre de Lima – Presidente

Universidade Federal da Paraíba
Centro de Educação
Departamento de Educação do Campo

Documento assinado digitalmente
 CRISTIANE BORGES ANGELO
Data: 06/10/2025 19:22:42-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Cristiane Borges Angelo – 1ª Examinadora

Universidade Federal da Paraíba
Centro de Educação
Departamento de Educação do Campo

Documento assinado digitalmente
 EUNICE SIMOES LINS
Data: 06/10/2025 21:07:57-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Eunice Simões Lins – 2ª Examinadora

Universidade Federal da Paraíba
Centro de Educação
Departamento de Educação do Campo

**JOÃO PESSOA – PB
2025**

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, a Deus, por ter me sustentado em todos os momentos, especialmente nos mais desafiadores. E À Nossa Senhora, minha intercessora fiel. Agradeço a mim mesma, com muito orgulho, por nunca desistir e por todos os dias em que me levantei determinada a continuar com meus objetivos, mesmo quando o cansaço era intenso. Por lutar minhas batalhas internas e externas com coragem e dedicação, e por nunca deixar de dar o meu máximo para conquistar tudo aquilo em que acredito.

Expresso também minha gratidão aos meus fiéis amigos, aqueles que estiveram ao meu lado durante todo esse percurso acadêmico e pessoal. Em especial, Luan e Ellen, que caminharam comigo durante quase seis anos na UFPB, sendo presença constante e essencial em minha jornada. Agradeço também a todos os que conheci ao longo do caminho — mesmo fora da universidade — e que, com gestos de amizade, companheirismo e escuta, contribuíram significativamente para o meu bem-estar emocional e psicológico, me fortalecendo nos momentos em que mais precisei.

Aos professores e professoras que marcaram minha trajetória acadêmica, meu profundo respeito e admiração. Agradeço com carinho à minha orientadora, professora Francisca Alexandre de Lima, pela paciência, incentivo e confiança.

Ao Centro Acadêmico do qual tive a honra de ser uma das fundadoras, deixo meu agradecimento especial. É gratificante ver que esse espaço, nascido do desejo de mudança e representatividade, continua crescendo e ocupando seu lugar com força e relevância na vida estudantil em especial no curso de Pedagogia com aprofundamento na Educação do Campo, que me mostrou uma nova perspectiva de inclusão a todos os níveis sociais.

Por fim, mas com todo o meu amor, agradeço à minha família, base da minha formação e do meu caráter. Obrigada por sempre estarem ao meu lado. A todos vocês, meu mais sincero e eterno obrigada.

RESUMO

Este trabalho analisa que tipo de gestão vem sendo desenvolvida nas escolas do campo, considerando-se os resultados das produções acadêmicas no curso de Pedagogia com área de aprofundamento na Educação do Campo, dispostos no repositório da UFPB, e no repositório de Teses e Dissertações da CAPES, dos últimos cinco anos. Complementa-se com um estudo de caso a partir de relatos de uma gestora, professora e um estudante de uma escola localizada no campo do município de Conde-PB. Para compreensão de gestão escolar e gestão nas escolas do campo, fundamenta-se em autores como Arroyo, Caldart e Lück cuja discussão teórica ressalta a importância de uma gestão democrática e participativa como estratégia para promover uma educação contextualizada, que considere as realidades socioculturais e econômicas da comunidade. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa que combina técnica e instrumentos de construção de dados como análise documental e formulários aplicados aos sujeitos da escola. Os resultados da pesquisa revelaram que, durante o período analisado, observa-se uma escassez de estudos específicos sobre a gestão das escolas do campo, em teses e doutorados, o que evidencia uma lacuna a ser explorada pela pesquisa educacional, nos dois repositórios, campo do estudo, apontando uma lacuna na literatura acadêmica da UFPB e outras instituições públicas de ensino superior. Por outro lado, os resultados construídos a partir dos relatos dos sujeitos evidenciaram práticas de gestão democrática em construção, ainda que apresente dificuldades estruturais, sobrecarga de funções e falta de formação específica para gestores, contribuindo para a construção da temática gestão das escolas do campo no curso de Pedagogia com área de aprofundamento em educação do campo. Nesse sentido, conclui-se que a gestão escolar no campo demanda políticas efetivas, formação continuada e valorização das culturas locais, de modo a garantir escola que atenda aos princípios da educação do campo.

Palavras-chave: Gestão das escolas do Campo. Educação do campo.

ABSTRACT

This study analyzes the type of management being developed in rural schools, considering the results of academic works produced in the Pedagogy course with a focus on Rural Education, available in the UFPB repository and in the CAPES Theses and Dissertations repository over the last five years. It is complemented by a case study based on the narratives of a principal, a teacher, and a student from a school located in the rural area of the municipality of Conde-PB. To understand school management and management in rural schools, the study is based on authors such as Arroyo, Caldart, and Lück, whose theoretical discussion highlights the importance of democratic and participatory management as a strategy to promote a contextualized education that considers the sociocultural and economic realities of the community. Methodologically, this is a qualitative research that combines techniques and data collection instruments such as document analysis and questionnaires applied to school participants. The research results revealed that during the analyzed period, there is a scarcity of specific studies on the management of rural schools, highlighting a gap to be explored by educational research in both repositories examined, the field of the study, pointing to a gap in the academic literature at UFPB and other public higher education institutions. On the other hand, the results built from the participants' narratives revealed democratic management practices under development, despite structural difficulties, work overload, and lack of specific training for school managers, contributing to the development of the theme of rural school management within the Pedagogy course with a focus on Rural Education. In this sense, it is concluded that school management in rural areas requires effective policies, continuing education, and the appreciation of local cultures, in order to ensure a school that meets the principles of rural education.

Keywords: Rural School Management; Rural Education

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1- NUVEM DE PALAVRAS	25
-----------------------------------	----

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 -QUADRO DE ANÁLISE DE TRABALHOS	27
QUADRO 2- QUADRO DE ANÁLISE DE TRABALHOS	35

LISTA DE SIGLAS

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

PNE – Plano Nacional de Educação

PPP – Projeto Político Pedagógico

FAO – Food and Agriculture Organization of the United Nations (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura)

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. FUNDAMENTOS DA GESTÃO ESCOLAR NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO.....	14
2.1 Desafios da gestão e questões socioculturais nas escolas do campo.....	16
2.2 A Formação dos Gestores e a dinâmica da Gestão Escolar no Campo.....	18
2.3 A relevância de uma gestão democrática e estratégia de inclusão	21
2.4 A Dificuldade de Implementação das Políticas Educacionais nas escolas do campo	22
2.5 A Resistência à Valorização das Culturas Locais	23
3. METODOLOGIA	24
4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS	27
4.2 Resultado do quadro.....	35
4.3 Parte II – Caracterização Institucional da Escola e Perfil dos Participantes	37
4.4 Percepções da Gestão Escolar: Análise das Respostas ao formulário da gestora e professora	38
4.5 Percepção do Aluno sobre a Gestão Escolar	41
5. CONCLUSÃO	42
6. REFERÊNCIAS	47
7. APÊNDICE.....	49

1. INTRODUÇÃO

A gestão em escolas do campo representa um desafio significativo, especialmente em áreas de reforma agrária vinculadas a movimentos sociais. As escolas são frequentemente negligenciadas pelo poder público, enfrentando problemas como falta de infraestrutura, materiais pedagógicos, acessibilidade e formação docente adequada. Essa realidade dificulta a permanência das instituições nas comunidades rurais e contribui para o fechamento dessas escolas, obrigando estudantes a buscar educação em áreas urbanas, o que compromete sua identidade cultural e o vínculo com o território (Arroyo, 2012).

Ainda assim, as escolas do campo são fruto da luta histórica dos povos camponeses por uma educação que valorize suas vivências, saberes e práticas. A proposta pedagógica dessas instituições deve estar alinhada às experiências locais, promovendo uma educação contextualizada, ligada à agricultura, pecuária e demais atividades do campo. Segundo as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, aprovadas pela Resolução CNE/CEB nº 1/2002 a identidade dessas escolas é definida pela vinculação às necessidades e realidades das comunidades, ancorando-se nos saberes próprios e no fortalecimento cultural.

Um estudo realizado por Caldart (2004) demonstra que a gestão democrática nas escolas do campo se organiza por meio da participação coletiva da comunidade escolar, garantindo a descentralização das decisões e a transparência na administração. Essa perspectiva envolve conselhos escolares, assembleias comunitárias e a articulação entre educadores, estudantes, famílias e movimentos sociais.

A construção coletiva do projeto político-pedagógico (PPP) é um dos pilares desse processo, permitindo que o currículo e as práticas educativas sejam contextualizados com as realidades locais. Além disso, a autonomia da escola é fortalecida, possibilitando a implementação de estratégias que atendam às especificidades da educação no campo, promovendo um ensino significativo e conectado à identidade cultural das comunidades rurais.

Manter as escolas do campo nas comunidades é essencial para preservar suas raízes culturais, garantir a permanência dos camponeses no campo e proporcionar uma educação significativa. A gestão democrática e participativa, em parceria com a comunidade, é um elemento fundamental para enfrentar os desafios e promover melhorias no acesso e na qualidade da educação rural.

A gestão democrática é um princípio fundamental para a organização educacional, especialmente nas escolas do campo, onde a participação da comunidade é essencial. Compreender as publicações existentes sobre o tema permite mapear avanços, desafios e contribuições para a efetivação de práticas mais inclusivas e participativas (Barbosa, 2012).

Ao refletir sobre a gestão das escolas do campo, durante a formação inicial na Pedagogia com área de aprofundamento em educação do campo, Despertou-se o interesse a investigar a temática por meio de duas perspectiva metodológicas para compreensão da gestão que vem sendo desenvolvida nas escolas localizadas no campo. A primeira delas refere-se à identificação de trabalhos de dissertações e teses publicados nos repositórios UFPB e CAPES, nos últimos 5 anos, que abordam a temática de gestão nas escolas do campo. A segunda trata-se de uma pesquisa de campo em que a partir de um formulário, organizamos os relatos de uma gestora, uma professora e uma estudante de uma escola no campo a fim de construirmos dados sobre que tipo de gestão está sendo desenvolvida na escola. Identificando dissertações e teses sobre gestão escolar em escolas do campo publicadas nos últimos cinco anos nos repositórios da UFPB e CAPES. Compreendendo as abordagens, lacunas e contribuições presentes nas produções acadêmicas sobre a temática, investigando percepções de sujeitos escolares sobre o modelo de gestão em uma escola do campo e interpretando os elementos que caracterizam a gestão escolar desenvolvida no contexto investigado.

A relevância deste estudo está diretamente ligada à escassez de pesquisas sobre a gestão das escolas do campo, uma vez que a maioria das produções acadêmicas ainda se concentra na realidade das escolas urbanas. Essa lacuna revela a necessidade de ampliar o debate sobre as especificidades do campo, destacando os desafios enfrentados por gestores, professores e comunidades rurais. Ao trazer visibilidade para essas questões, a pesquisa contribui para fortalecer políticas públicas mais inclusivas e adequadas, além de valorizar os saberes e práticas culturais que marcam a identidade dessas instituições.

Além disso, a investigação adquire importância no cenário científico por colaborar com a construção e disseminação do conhecimento acadêmico por meio dos repositórios institucionais, como o da CAPES. Esses ambientes funcionam como bancos digitais que reúnem dissertações, teses e outras produções, garantindo acesso aberto e facilitando o diálogo entre pesquisadores. Ao disponibilizar estudos sobre a gestão escolar no campo, esses repositórios não apenas preservam a produção científica, mas também permitem que novos trabalhos sejam fundamentados, ampliando o alcance e a continuidade das pesquisas

na área.

2. FUNDAMENTOS DA GESTÃO ESCOLAR NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

A Educação do Campo é uma modalidade educacional voltada para atender às especificidades das populações que vivem e trabalham no meio rural. Ela busca garantir o direito à educação com qualidade, respeitando a cultura, os saberes e as necessidades das comunidades camponesas. Esse modelo educacional valoriza práticas pedagógicas que dialogam com a realidade do campo, promovendo uma formação crítica e cidadã. Segundo Arroyo, Caldart e Molina (2004), a Educação do Campo não deve ser apenas uma adaptação do modelo urbano, mas sim uma proposta construída a partir das demandas e da participação ativa das comunidades rurais.

Gestão é o processo de planejamento, organização, execução e avaliação de ações para atingir determinados objetivos. No contexto educacional, a gestão envolve a administração de recursos, a articulação de pessoas e a implementação de estratégias que garantam o funcionamento eficiente das instituições de ensino. De acordo com Lück (2009), a gestão educacional deve ser democrática, participativa e voltada para a melhoria da qualidade do ensino.

A gestão das escolas do campo compreende o conjunto de ações e estratégias voltadas à organização das instituições educacionais situadas em áreas rurais, respeitando suas especificidades territoriais, culturais e sociais. Segundo Caldart (2004), é fundamental que essa gestão esteja articulada ao território e às lutas dos sujeitos do campo, promovendo uma educação contextualizada e democrática.

Esse processo deve considerar as especificidades do lugar em que a escola se insere, promovendo uma gestão democrática e participativa, que envolva professores, estudantes, famílias e a comunidade local. Conforme Caldart (2009), a gestão das escolas do campo deve estar alinhada aos princípios da Educação do Campo, garantindo que o ensino esteja conectado à vida e às práticas sociais das comunidades camponesas.

A Educação do Campo se fundamenta em princípios essenciais que asseguram sua identidade e efetividade. Conforme Caldart (2012) destaca, a contextualização e o vínculo com a realidade do campo são fundamentais, garantindo que o currículo e as práticas pedagógicas estejam alinhados com a cultura e os saberes das populações campesinas.

Arroyo, Caldart e Molina (2004) enfatizam a importância da gestão democrática e

da participação comunitária no ambiente escolar, elementos que promovem o protagonismo da comunidade na definição das políticas e práticas educacionais.

A integração entre trabalho, educação e desenvolvimento sustentável, conforme propõem Molina e Sá (2012), fortalece a agricultura familiar e as práticas sustentáveis de produção, constituindo-se como eixo estruturante da proposta educacional. Por fim, Fernandes (2006) reafirma o direito à educação pública e de qualidade como princípio inegociável, assegurando o acesso e a permanência dos estudantes na escola e promovendo equidade e justiça social.

Esses princípios, segundo Caldart (2004), orientam a construção de uma perspectiva educacional que fortalece a identidade do campo e garante uma educação que respeita e potencializa as realidades rurais.

Por outro lado a gestão nas escolas do campo enfrenta uma série de desafios específicos que envolvem tanto a organização e a administração pedagógica quanto às questões socioculturais e econômicas das comunidades rurais. A escola do campo, por seu caráter único, exige abordagens diferenciadas, tanto no aspecto da formação dos gestores quanto no planejamento e implementação das práticas pedagógicas. Neste contexto, é possível analisar as dificuldades dessa gestão por meio de diferentes perspectivas, baseando-se em estudiosos que abordam o tema, leis que regulamentam a educação no campo e as práticas educativas adequadas para esse contexto.

Segundo Libâneo (2001), a gestão escolar pode ser compreendida a partir de diferentes interpretações, que refletem visões distintas sobre o papel da escola, da autoridade e da participação no processo educativo. As principais compreensões são: técnico-científica (ou funcionalista), autogestionária e democrático-participativa.

A concepção técnico-científica tem como base a racionalização do trabalho e a hierarquia funcional, aproximando a escola de uma organização empresarial. Caracteriza-se pela centralização das decisões, prescrição detalhada de funções, ênfase na eficiência e controle burocrático, além de uma comunicação vertical e pouca participação dos profissionais da escola nas decisões.

A concepção autogestionária, por outro lado, defende a participação direta e igualitária de todos os membros da escola, sem direção centralizada. Valorizam-se as decisões coletivas, a auto-organização, a alternância de funções e a recusa de normas rígidas de controle. Essa visão aposta na vivência democrática no interior da escola como forma de transformação social.

Já a visão democrático-participativa busca um equilíbrio entre a direção e a participação coletiva. Nela, a gestão é concebida como um processo coletivo que articula a coordenação com a iniciativa dos diversos sujeitos escolares. Enfatiza-se a definição de objetivos comuns, a avaliação sistemática, a qualificação dos profissionais e a articulação entre os aspectos pedagógicos e administrativos. Essa concepção reconhece a escola como uma construção social e cultural, em constante diálogo com o contexto político e comunitário em que está inserida.

Essas interpretações, portanto, expressam diferentes modos de pensar e organizar o trabalho escolar, influenciando diretamente a forma como a escola atua na formação dos sujeitos e na construção de uma sociedade mais justa e democrática. Questões socioculturais na gestão das escolas do campo

2.1 Desafios da gestão e questões socioculturais nas escolas do campo

A gestão escolar nas escolas do campo se depara com uma série de desafios estruturais, pedagógicos e sociopolíticos que impactam diretamente a qualidade da educação oferecida a estudantes de comunidades rurais. Esses desafios não dizem respeito apenas à organização interna da escola, mas envolvem também a articulação com políticas públicas, a valorização da cultura local e a superação de desigualdades históricas entre campo e cidade.

As escolas do campo historicamente enfrentam uma maior defasagem no ensino, marcado pela falta de profissionais capacitados, salas multisseriadas, carência de materiais didáticos e falta de incentivo governamental, fatores que dificultam o atendimento adequado às necessidades específicas dos estudantes e da comunidade (SANT'ANA, 2024, p2). Conforme destacam estudos recentes que muitas dessas instituições carecem de infraestrutura adequada, professores capacitados e transporte escolar suficiente para os alunos (Ubes 2025). Muitas escolas do campo funcionam em espaços improvisados, sem acesso à internet, bibliotecas ou laboratórios, o que limita o desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras e contextualizadas. A ausência de investimentos contínuos em infraestrutura compromete não apenas o ensino, mas também o trabalho da equipe de gestão, que precisa lidar com demandas operacionais urgentes em detrimento de ações pedagógicas estratégicas.

Conforme aponta Lück (2005), a gestão da educação no campo requer uma

compreensão profunda das especificidades locais, considerando a diversidade social, cultural e econômica presente nas zonas rurais.

Nesse sentido, os gestores devem atuar como mediadores entre os interesses da comunidade e as exigências dos sistemas de ensino, promovendo uma educação que respeite e valorize os modos de vida do campo. Isso exige uma atuação sensível, dialógica e participativa, ancorada no princípio da gestão democrática.

Outro aspecto fundamental é a formação dos profissionais da educação. A maioria dos cursos de formação inicial de professores ainda está centrada em modelos urbanos de escola, o que resulta em uma defasagem entre a preparação teórica e a realidade vivida nas escolas do campo.

Além disso, a localização geográfica das escolas rurais representa um desafio logístico significativo. Como destaca Almeida (2007), o distanciamento em relação aos centros urbanos dificulta o acesso a políticas públicas, à supervisão pedagógica e à formação dos professores, além de prejudicar o atendimento de necessidades básicas dos alunos, como transporte escolar e alimentação. A escassez de escolas de tempo integral e a inexistência de projetos pedagógicos específicos para o campo agravam ainda mais a desigualdade educacional.

Outro ponto crítico é a dificuldade de mobilização comunitária, muitas vezes enfraquecida por processos históricos de desvalorização das comunidades rurais. A construção de uma gestão democrática requer a participação ativa de pais, estudantes e lideranças locais, o que só é possível com políticas de incentivo à organização social e à escuta das vozes do território. Por fim, é necessário destacar que a gestão no campo não pode ser uma mera adaptação do modelo urbano, mas sim uma prática comprometida com a transformação social, com a defesa dos direitos das populações do campo e com a construção de um projeto pedagógico que seja, ao mesmo tempo, crítico e emancipado.

A partir dessa perspectiva, é fundamental que o gestor escolar articule estratégias para promover a igualdade de acesso à educação, respeitando as especificidades de cada grupo e proporcionando um ambiente inclusivo para todos os alunos. Outro desafio relevante é o aspecto sociocultural das escolas do campo. As comunidades rurais possuem uma identidade cultural própria, que precisa ser respeitada e incorporada ao processo educativo. Segundo Barbosa e Costa (2012), a gestão escolar no campo deve, portanto, valorizar as culturas locais e integrá-las aos currículos escolares, promovendo uma educação que seja não apenas escolarizante, mas também formativa em relação à preservação dos saberes tradicionais e à

construção de uma identidade do sujeito do campo. A resistência de parte da população do campo em relação a um modelo educacional que considera a cultura urbana como padrão é um fator importante que deve ser enfrentado pelos gestores.

Além disso, a gestão deve ser sensível às questões de gênero e à diversidade cultural das comunidades, considerando as peculiaridades da educação para os povos indígenas, quilombolas, camponeses e outros grupos sociais que habitam as zonas rurais.

2.2 A Formação dos Gestores e a dinâmica da Gestão Escolar no Campo

A gestão escolar no campo demanda uma formação específica para lidar com as complexidades do contexto rural, que muitas vezes são negligenciadas na formação tradicional dos gestores.

Como observam Lück (2005) e Tedesco (2011), a falta de cursos voltados para a realidade rural é um dos principais entraves para o desenvolvimento de uma gestão escolar na perspectiva democrática. Os gestores, muitas vezes, não estão preparados para lidar com as questões que envolvem as comunidades do campo, das águas e das florestas, como suas especificidades culturais, a diversidade social e os desafios de infraestrutura.

Essa falta de capacitação tem como consequência a perpetuação de uma educação que não corresponde às necessidades dos alunos do campo, o que impede o avanço de uma educação mais inclusiva e contextualizada.

A formação continuada, portanto, se torna um aspecto central para a melhoria da gestão escolar. Nesse sentido, Libâneo (2012) destaca que a formação continuada dos profissionais da educação é um elemento necessário para que a escola apta a lidar com os desafios sociais, culturais e pedagógicos da contemporaneidade. Dessa forma, cursos e programas específicos de capacitação que abordem as particularidades da educação rural e das práticas pedagógicas no campo são fundamentais para que os gestores consigam aplicar as políticas de maneira eficaz. Além disso, é essencial que esses gestores tenham a capacidade de engajar a comunidade escolar, os alunos e seus familiares, promovendo uma gestão participativa que considere as necessidades e os saberes locais.

A formação de gestores para as escolas do campo precisa ser adequada à realidade rural, o que implica em práticas de gestão que integrem o contexto local. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/96) estabelece que a educação básica, seja no campo ou na cidade, deve garantir a igualdade de condições para o acesso e

permanência na escola, sendo que o contexto rural demanda adaptações, como a valorização do saber local e a promoção de uma educação que prepare os alunos para o desenvolvimento da agricultura familiar e outras atividades da região. Todavia, a formação continuada dos gestores da escola do campo ainda é uma realidade distante, estudos como o de Tedesco (2011) indicam que muitos gestores não possuem uma formação específica para lidar com as questões do campo, o que compromete a implementação de políticas públicas de forma eficiente. A maioria dos cursos de formação de gestores não aborda profundamente as especificidades rurais. Os cursos de pedagogia ainda apresentam lacunas no que se refere à formação voltada ao contexto do campo, frequentemente desconsiderando a relevância do conhecimento dos territórios e das culturas locais para a construção de práticas pedagógicas contextualizadas e efetivas.

As legislações que orientam a educação do campo no Brasil representam importantes conquistas sociais e políticas para os povos do campo, das florestas e das águas, especialmente no que diz respeito ao reconhecimento de suas especificidades culturais, territoriais e pedagógicas. Instrumentos como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei nº 9.394/1996), a Lei nº 11.947/2009 e o Plano Nacional de Educação (PNE – Lei nº 13.005/2014) são fundamentais para garantir o direito à educação básica com equidade, qualidade e pertinência sociocultural. No entanto, a distância entre o que está previsto em lei e o que efetivamente é praticado nas escolas do campo revela as limitações da implementação dessas políticas em contextos rurais.

A Lei nº 11.947/2009 – Art. 14 e a Resolução nº 6, de 8 de maio de 2020, do FNDE, que trata do atendimento da alimentação escolar e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), determina que ao menos 30% dos recursos repassados pelo FNDE para a merenda escolar devem ser utilizados na compra de produtos da agricultura familiar. Essa diretriz não apenas garante alimentação de melhor qualidade e valor nutricional aos estudantes, como também fortalece as economias locais e valoriza os saberes do campo. Além disso, a lei estabelece que as escolas rurais devem contar com um currículo adaptado às realidades do campo, com ênfase no ensino da agricultura familiar, na sustentabilidade e nas práticas de convivência com o meio ambiente.

Contudo, a efetivação dessas determinações encontra sérios entraves no cotidiano das escolas. A falta de infraestrutura básica, como refeitórios, cozinhas equipadas e transporte escolar eficiente, dificulta a operacionalização da alimentação escolar nos moldes previstos. Além disso, não há dados suficientes sobre a capacitação técnica dos gestores

escolares e dos profissionais responsáveis pelas compras públicas, o que pode comprometer o cumprimento dos percentuais de aquisição junto aos agricultores familiares. A partir das pesquisas da FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação) e do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), estas fontes apontam que a agricultura familiar no Brasil ainda enfrenta desafios para se consolidar em cooperativas ou outras estruturas coletivas dificultando a sua inclusão em políticas públicas, como o PNAE. Contudo, apesar de apresentar um baixo percentual de associação em cooperativas entre os produtores rurais, 71,2% desses estabelecimentos presentes, pertencem ao perfil da agricultura familiar. Com isso, a FAO associa esses dados a falta de informação, assessoria técnica e a valorização da agricultura familiar a esses desafios constantes para os pequenos produtores. Em muitos municípios, a ausência de uma rede organizada de produtores rurais e a falta de políticas públicas eficazes de fomento à produção local dificultam a viabilidade do PNAE.

A proposta da educação do campo prevê uma abordagem interdisciplinar, crítica e contextualizada, que dialogue com os saberes populares e com as práticas produtivas sustentáveis. No entanto, sem o devido suporte técnico, financeiro e político, muitas escolas acabam reproduzindo modelos urbanos descolados da vivência local, o que enfraquece o vínculo entre escola e comunidade.

Além dessas legislações específicas, o Plano Nacional de Educação (PNE) estabelece metas voltadas à educação do campo, como a ampliação da oferta de educação básica em todos os níveis, a universalização do atendimento escolar para a população rural e a valorização dos profissionais que atuam nessas regiões. A Meta 8, por exemplo, visa elevar a escolaridade média da população rural e promover a equidade no acesso à educação. No entanto, a realização dessas metas ainda depende de uma articulação efetiva entre os entes federados (União, estados e municípios), bem como de uma gestão comprometida com a superação das desigualdades históricas.

Infelizmente, o que se observa em muitos casos é a fragmentação das políticas públicas, a ausência de continuidade administrativa e a falta de investimentos específicos voltados à educação do campo. Sem uma visão integrada, que envolva a escola, as secretarias de educação, os órgãos de agricultura, os conselhos municipais e as comunidades locais, a legislação tende a permanecer no campo das intenções.

Portanto, a efetiva implementação das políticas legais que garantem os direitos educacionais das populações do campo exige mais do que boas leis. Requer compromisso

político, investimento público, formação qualificada de gestores e professores, infraestrutura adequada e a criação de espaços de escuta e participação popular. Só assim será possível consolidar uma gestão escolar no campo que vá além da reprodução do modelo urbano e que, de fato, contribua para a construção de uma educação transformadora, crítica e conectada com as realidades rurais.

2.3 A relevância de uma gestão democrática e estratégia de inclusão

A gestão democrática é um dos pilares da educação no Brasil e também é fundamental para a gestão das escolas do campo. A participação da comunidade escolar nas decisões pedagógicas e administrativas é essencial para que a gestão escolar seja efetiva. O envolvimento da comunidade no planejamento escolar fortalece o vínculo entre a escola e as famílias e pode ser uma estratégia para superar as dificuldades de infraestrutura e outros desafios.

No entanto, a implementação da gestão democrática nas escolas do campo enfrenta limitações, como a falta de tempo e recursos para a organização de espaços de discussão, a falta de articulação entre os diversos atores sociais e a resistência de alguns gestores em adotar práticas mais colaborativas.

A gestão nas escolas do campo é um dos temas mais desafiadores dentro da educação brasileira, principalmente devido às especificidades dos contextos rurais e à complexidade das relações que envolvem esses espaços. A partir da análise das dificuldades mencionadas no desenvolvimento anterior, podemos aprofundar a discussão sobre os obstáculos que a gestão enfrenta na busca por uma educação de qualidade no campo, assim como as possíveis soluções que podem ser implementadas para superar tais desafios.

Por fim, a gestão democrática aparece como uma das possíveis soluções para muitos dos desafios enfrentados pelas escolas do campo. A participação da comunidade escolar nas decisões pedagógicas e administrativas pode ajudar a superar as limitações de recursos e infraestrutura. A gestão democrática também fortalece o vínculo entre a escola e a comunidade, o que é essencial para a construção de um projeto pedagógico que esteja de acordo com as necessidades e expectativas dos alunos e das famílias.

No entanto, a implementação de uma gestão democrática ainda enfrenta desafios, como a resistência de gestores e a falta de tempo e recursos para promover a participação ativa de todos os envolvidos no processo educativo. A construção de uma gestão verdadeiramente democrática exige que os gestores estejam dispostos a ouvir e incorporar

as opiniões da comunidade, buscando soluções coletivas para os problemas enfrentados pela escola. Essa abordagem colaborativa pode ser uma forma de enfrentar as dificuldades de infraestrutura, a escassez de professores qualificados e os outros obstáculos que as escolas do campo enfrentam.

2.4 A Dificuldade de Implementação das Políticas Educacionais nas escolas do campo

As escolas do campo enfrentam um conjunto de dificuldades que vão desde a falta de infraestrutura básica até a carência de uma formação adequada para gestores e professores. Um dos aspectos mais complexos está na implementação das políticas públicas voltadas para a educação no campo, como a Lei nº 11.947/2009, que estabelece diretrizes para a educação do campo, e o próprio Plano Nacional de Educação (PNE). Embora existam normas que buscam garantir a inclusão e a especificidade das escolas rurais, a realidade nos territórios muitas vezes é distante daquilo que é proposto na teoria. A ausência de recursos financeiros e a falta de uma articulação eficiente entre as esferas de governo, somadas à resistência de alguns gestores em adotar novas abordagens pedagógicas, contribuem para a baixa efetividade de políticas como a de alimentação escolar, o uso de produtos da agricultura familiar e a adaptação dos currículos à realidade local.

As legislações, como a LDB (Lei de Diretrizes e Bases) a Lei nº 11.947, é um marco importante, pois aponta na direção da inclusão das especificidades rurais dentro do sistema educacional. Ela sublinha a necessidade de construir um modelo de educação que leve em consideração as condições de vida dos estudantes e as particularidades das comunidades. A questão crucial, porém, é a implementação de tais políticas. Não basta ter uma legislação que garanta o direito à educação de qualidade no campo; é necessário que as condições estruturais, como a formação dos profissionais da educação e a adequação dos espaços escolares, acompanhem essas diretrizes.

No entanto, uma nova portaria foi publicada pelo Ministério da Educação, a Portaria MEC nº 538, de 24 de julho de 2025, que institui a Política Nacional de Educação do Campo, das Águas e das Florestas – Novo Pronacampo, este documento visa ampliar, qualificar e garantir o acesso e permanência na modalidade de Educação do Campo em todas as etapas de ensino, amparando às populações rurais, incluindo agricultores familiares, assentados da reforma agrária, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos e outros povos que produzem suas condições de vida no meio rural e dependem deste meio para sua sobrevivência. O documento ressalta:

Art. 2º Para fins desta Portaria, considera-se:

I - População do Campo, das Águas e das Florestas: agricultores familiares, assentados e acampados da reforma agrária, trabalhadores rurais assalariados, comunidades de fundos e fechos de pastos, geraizeiros, faxinalenses, pomeranos, extrativistas, quebradeiras de coco babaçu, pescadores artesanais, ribeirinhos, ilhéus, caiçaras, pantaneiros e outros povos e comunidades que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural;

II - Escolas do Campo, das Águas e das Florestas: aquelas situadas em área rural, conforme definida pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou aquelas situadas em área urbana, desde que atendam predominantemente às Populações do Campo, das Águas e das Florestas, conforme inciso I; e

III - Escolas ou Turmas Anexas do Campo, das Águas e das Florestas: são extensões de espaços escolares já existentes, como forma de possibilitar que os estudantes pertencentes às Populações especificadas no inciso I sejam atendidos no local onde moram, funcionando, em geral, em espaços alugados ou adaptados dentro da própria comunidade.

O documento reafirma a importância da participação comunitária, valorizando as vivências dos estudantes e fortalecendo o vínculo entre escola e comunidade. Destaca a necessidade de formação continuada para profissionais da educação e gestores, bem como o apoio técnico e financeiro em regime de colaboração entre União, estados, Distrito Federal e municípios. Aponta, ainda, a aquisição e distribuição de materiais didáticos por meio do Programa Nacional do Livro e do Material Didático, o aprimoramento das práticas de alfabetização e a adoção de um currículo contextualizado, alinhado à realidade da educação do campo e aos princípios da sustentabilidade.

2.5 A Resistência à Valorização das Culturas Locais

Outro ponto importante para a discussão é a necessidade de uma gestão escolar que respeite e valorize as culturas locais. A educação no campo não deve ser uma mera adaptação dos modelos urbanos, mas sim um processo de construção de uma identidade que respeite e integre as práticas culturais, sociais e econômicas da comunidade rural. A resistência por parte de alguns setores da sociedade em reconhecer a importância da cultura rural dentro do currículo escolar é um obstáculo que precisa ser enfrentado. Muitas vezes, a escola do campo é vista como um local onde os alunos estão “atrasados” ou “privados” de uma educação moderna, o que reforça uma visão colonizadora e desvalorizadora das práticas rurais.

A integração da cultura rural ao currículo escolar é, portanto, uma forma de garantir que os alunos se sintam representados e que a educação fornecida esteja em sintonia com as

suas realidades. Como afirmam Barbosa e Costa (2012), a gestão da educação no campo deve integrar os saberes locais e promover uma educação que não só forme para o mercado de trabalho, mas que também valorize os modos de vida tradicionais. Além disso, a valorização das culturas locais deve ser acompanhada de uma reflexão crítica sobre os desafios e as limitações do desenvolvimento rural e a sustentabilidade das práticas agrícolas.

3. METODOLOGIA

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa e consiste na análise de produções acadêmicas já publicadas em repositórios, com o objetivo de identificar se há teses e dissertações que tratam da gestão democrática nas escolas do campo e, caso existam publicações, compreender quais aspectos da gestão dessas escolas estão sendo abordados. A escolha pela abordagem qualitativa justifica-se pela natureza do objeto de estudo, que busca compreender a gestão escolar no contexto da educação do campo a partir das percepções, experiências e significados atribuídos pelos sujeitos envolvidos. Segundo Gil (2008), a pesquisa qualitativa é indicada quando o pesquisador pretende interpretar fenômenos sociais em seu ambiente natural, valorizando as relações, os contextos e as subjetividades que influenciam as práticas sociais. Assim, essa abordagem permite explorar a realidade escolar em sua complexidade, considerando os fatores culturais, históricos e humanos que influenciam a dinâmica da gestão nas escolas do campo.

A investigação documental foi escolhida como abordagem metodológica devido à sua capacidade de reunir e sintetizar as principais produções científicas sobre o tema, permitindo uma visão panorâmica e aprofundada das questões que envolvem a gestão escolar nas escolas do campo. A escolha se justifica pela necessidade de compreender a gestão escolar no contexto da educação do campo a partir de registros oficiais e documentos institucionais produzidos pelas próprias escolas ou por órgãos educacionais. Segundo Gil (2008), esse tipo de estudo permite ao pesquisador acessar informações previamente sistematizadas, possibilitando compreender práticas, políticas e procedimentos sem depender exclusivamente de entrevistas ou observações diretas. Com isso, o processo de busca e seleção foi realizado diretamente no repositório institucional da UFPB e CAPES, utilizando palavras-chave como "gestão escolar no campo", "educação do campo", "escolas rurais" e "políticas públicas educacionais".

gestão escolar educação do escolas campo Capes rurais repositório políticas educacionais educação popular

Estabeleceram-se critérios claros para a seleção dos documentos analisados e foram priorizadas teses e dissertações publicadas nos últimos cinco anos (2020-2024), que abordassem diretamente a realidade das escolas do campo e a gestão escolar nesse contexto. Publicações que tratavam exclusivamente da gestão escolar urbana ou que não discutiam as especificidades das escolas rurais foram excluídas.

A análise dos textos foi conduzida por meio de leitura crítica dos títulos, resumos e palavras-chave e categorização dos temas mais recorrentes. Os documentos selecionados foram agrupados de acordo com tópicos relevantes para a pesquisa, como dificuldades estruturais das escolas rurais, formação e capacitação dos gestores, políticas públicas direcionadas à educação no campo e gestão democrática. Durante a análise, foram identificados os principais desafios que afetam a gestão escolar no contexto das escolas do campo, tais como a escassez de recursos, a falta de infraestrutura adequada, a necessidade de adaptação às especificidades culturais e regionais e a resistência de algumas comunidades às mudanças educacionais.

Por meio dessa metodologia, espera-se contribuir para a construção do conhecimento sobre a gestão das escolas do campo, destacando aspectos críticos e ressaltar a importância de estudos futuros como teses e dissertações sobre gestão escolar nas escolas do campo,

promovendo, assim, reflexões e proposições para o aprimoramento da gestão educacional nesse contexto específico.

Além da análise documental, a pesquisa incorporou questionários como instrumento complementar para aprofundar a compreensão sobre o cotidiano e o tipo de gestão vivenciado na escola, considerando-se a fala de uma gestora, de uma professora e de um discente de uma escola pública, localizada no campo, no município de Conde-PB. Uma comunidade rural vinculada à reforma agrária, que atende majoritariamente filhos e filhas de agricultores familiares. A utilização do Google Forms possibilitou ao estudante maior liberdade para responder, sem a pressão de estar em sala de aula, proporcionando respostas mais espontâneas e reflexivas. Além disso, trata-se de um método mais prático, considerando que a escola está localizada em outro município, que fica a cerca de 28km de distancia em relação a UFPB, o que facilitaria a coleta de dados sem a necessidade de deslocamento físico.

O questionário, nesse contexto, atua como complemento à análise documental, ao trazer perspectivas vivenciais que permitem compreender de que forma as políticas públicas e as práticas de gestão são efetivamente aplicadas na rotina escolar. Dessa maneira, o instrumento possibilita observar a implementação concreta das diretrizes pedagógicas e administrativas, identificando nuances que documentos oficiais isoladamente não revelam, enriquecendo a análise e oferecendo uma visão mais completa sobre a realidade da gestão escolar no campo.

O questionário foi aplicado de forma remota, visando facilitar a participação e a espontaneidade nas respostas. Para a gestora e a professora, o instrumento foi estruturado em duas partes, sendo composto majoritariamente por perguntas abertas, 12 questões abertas e 2 de múltipla escolha, permitindo que ambas compartilhassem suas experiências, percepções e vivências em relação à gestão escolar. Já para o discente, foi elaborado um questionário específico, com linguagem adequada ao público jovem, contendo 7 questões, de modo a garantir a compreensão e a participação efetiva do estudante na pesquisa. Essa organização diferenciada possibilitou captar perspectivas complementares, enriquecendo a análise sobre a aplicação das políticas públicas e das práticas de gestão no cotidiano da escola.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Com o intuito de organizar e sistematizar as informações obtidas nas pesquisas realizadas no Repositório da Universidade Federal da Paraíba e na plataforma de Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), elaborou-se dois quadros.

No primeiro estão organizadas as informações referentes aos anos de publicação, ao tipo de trabalho (dissertação ou tese) e a sua totalidade quando pesquisado pelo tema no sistema do repositório da UFPB, a seguir foi organizado uma lista com os títulos apresentados e às palavras-chave de cada produção acadêmica analisada, em conjunto com o ano de publicação, autores e os orientadores de cada projeto.

(Nesta pesquisa foi utilizado os seguintes filtros, Gestão em escolas do campo > Educação do campo> Tese e dissertação)

Tipo	Ano					
	2020	2021	2022	2023	2024	Total
Dissertações	2	2	-	3	2	9
Teses	1	2	1	1	1	6

Fonte: Elaborado pela autora. Pesquisa realizada em março de 2025.

A análise das produções acadêmicas revela que há uma frequência de estudos voltados à formação de professores — tanto inicial quanto continuada — e às práticas pedagógicas desenvolvidas nas escolas do campo. Essa frequência temática demonstra a centralidade que o papel docente ocupa no processo educativo das escolas do campo, sendo compreendido como o principal agente de transformação e de promoção de uma educação contextualizada e emancipatória. No entanto, a ausência de pesquisas que aprofundem aspectos relacionados à gestão escolar no campo pode estar associada à falta de incentivo institucional por parte das universidades e de orientadores, que, muitas vezes, priorizam temáticas mais consolidadas ou de maior visibilidade dentro da academia.

Pesquisas dessa natureza têm impacto direto sobre a realidade das escolas do campo, pois contribuem para o fortalecimento das práticas pedagógicas, o aprimoramento da gestão e o reconhecimento das identidades e saberes das comunidades desses sujeitos. Ainda que os repositórios consultados não apresentem trabalhos direcionados exclusivamente à gestão das escolas do campo, o conjunto de produções encontradas oferece materiais que dialogam com a temática, permitindo interpretações e reflexões que podem subsidiar novas pesquisas e ampliar o debate acadêmico. Dessa forma, os estudos existentes, mesmo de forma indireta,

agregam valor à pesquisa estudantil e abrem horizontes para futuras investigações.

A escolha metodológica de analisar as produções disponíveis nos repositórios teve, portanto, o propósito de alertar os estudantes e pesquisadores da área sobre a importância de um olhar mais atento e crítico às produções acadêmicas. Não basta considerar apenas a quantidade de trabalhos disponíveis ou os números apresentados nas buscas; é essencial compreender o conteúdo e o enfoque de cada pesquisa, identificando o que realmente está sendo estudado e quais lacunas ainda persistem. Esse olhar aprofundado contribui para uma formação investigativa mais consciente e para o fortalecimento da produção científica comprometida com a transformação social e educacional no campo.

PALAVRAS-CHAVES DAS TESES

- 1- PNAIC e o ensino de leitura nas escolas do campo: eco de vozes de docentes e alunos de um município da Paraíba - **2021**

Autor(a): Angélica Torres Vilar de Farias **Orientador(a):** Evangelina Maria Brito de Faria

PNAIC
Formação de
professores Leitura e
escrita
Multisseriado
Educação do campo

- 2- Rede epistêmica de educação do campo na Amazônia: sujeitos coletivos em movimento por uma política e pedagogia do inédito viável no Sudeste do Pará - **2021**

Autor(a): Evandro Costa de Medeiros **Orientador(a):** Maria do Socorro Xavier Batista

Educação do campo
Redes epistêmicas
Inédito viável

- 3- A demodiversidade e as diferentes formas de democracia nos cursos de pedagogia e pedagogia do campo no Campus I da Universidade Federal da Paraíba - **2022**

Autor(a): Dougllas Pierre Justino da Silva Lopes **Orientador(a):** **Wilson** Honorato Aragão

Demodiversidade
Pedagogia
Educação do campo Práticas
democráticas

- 4- Política pública de educação do campo: análise no movimento da licenciatura em educação do campo na UFMA – **2022**

Autor(a): Lorrana Oliveira Nunes **Orientadora:** Ana Cláudia da Silva Rodrigues

Política pública
Educação do campo
Licenciatura em educação do campo

- 5- Educação do campo pela decolonialidade de gênero: vivências das egressas do curso de pedagogia PRONERA/UFPB (2015-2019) - **2023**

Autor(a): Aline Praxedes de Araújo **Orientador(a):** Severino Bezerra da Silva

Educação
PRONERA
Educação do campo
Narrativas
biográficas
Educação popular

- 6- Escola Família Agrícola Jaguaribana Zé Maria do Tomé : educação do campo e territorialização da agroecologia – **2024**

Autor(a): João Paulo Guerreiro de Almeida **Orientador(a):** Severino Bezerra da Silva

Educação do campo
Educação popular
Pedagogia da alternância
Territorialização da
agroecologia Comunidade
camponesa

PALAVRAS-CHAVES DAS DISSERTAÇÕES:

- 1- A avaliação de egressos do curso de Pedagogia em Educação do Campo sobre os impactos da formação nos campos pessoal e profissional – **2020**

Autor(a): Jailson Batista dos Santos **Orientador(a):** Edineide Jezini Mesquita Araújo

Formação superior
Educação do campo
Egressos

- 2- Práticas pedagógicas: aproximações dos princípios da educação do campo na Escola Vovó Vina, em Santa Rita-PB - **2020**

Autor(a): Ladjane Fidélis Felinto Bizerra **Orientador(a):** Maria do Socorro Xavier Batista

Educação do campo
Práticas
pedagógicas
Escola do campo

- 3- Educação em direitos humanos e suas contribuições no processo da educação de jovens e adultos do campo – **2021**

Autor(a): Carline Melo de Sousa **Orientador(a):** Timothy Denis Ireland

Direitos humanos
Educação do campo
Pedagogia da alternância

- 4- A atuação do programa caminho da escola no Município de Cuitegi/PB: significações para a educação do campo – **2021**

Autor(a): Larissa Amaro dos Santos **Orientador(a):** Ana Cláudia da Silva Rodrigues

Políticas públicas
Transporte escolar
Educação do campo

- 5- A educação do campo cercada de cana-de-açúcar por todos os lados de Santa Rita/PB - **2023**

Autor(a): Rafaela Carneiro Claúdio **Orientador(a):** Severino Bezerra da Silva

Educação do campo
Educação popular
Política educacional do campo
Escola pública

- 6- Concepções de ensino e práticas pedagógicas de professores no contexto das salas de aula multianuais/multisseriadas de escolas do/no campo – **2023**

Autor(a): Joseildo Silvestre da Silva **Orientador(a):** Nilvânia dos Santos Silva

Educação do campo
Salas multianuais
Salas
multisseriadas
Concepções de ensino
Práticas pedagógicas

- 7- Fechamento de escolas do campo no brejo paraibano: resistência e permanência - **2023**

Autor(a): José Rogério da Silva **Orientador(a):** Nilvania dos Santos Silva

Educação do campo
Fechamento de escolas
Movimentos sociais – Resistência

- 8- Da luta pela terra à luta pela escola no e do campo: conquistas e desafios na escola Tiradentes – **2024**

Autor(a): Maria Betânia Neres Carneiro **Orientador(a):** Maria do Socorro Xavier Batista

Educação do campo
Educação popular
Escola do campo
Luta pela terra

- 9- Vivências das infâncias camponesas e educação do campo: perspectivas na EMEIEF Senhor do Bonfimm – **2024**

Autor(a): Edmilson da Silva Cabral **Orientador(a):** Maria do Socorro Xavier Batista

Educação do campo

Infâncias camponesas - Vivências

Práticas pedagógicas - Crianças - Escola do campo

4.1 ANALISE DO REPOSITÓRIO DA CAPES

Ao realizar o levantamento na plataforma da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), utilizamos o termo "gestão nas escolas do campo" na barra de pesquisa. No refinamento da busca, aplicamos filtros para delimitar o período de 2020 a 2024, selecionamos a área de Educação e restringimos a pesquisa às universidades federais da Paraíba, incluindo a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). A plataforma oferece como resultados teses e dissertações relacionadas ao tema selecionado.

Nesse sentido, após a análise dos trabalhos disponíveis na plataforma da CAPES, foram encontrados diversos estudos relacionados à gestão, educação, políticas públicas e educação popular. No entanto, ao refinar a busca por meio dos títulos, resumos e palavras-chave, foi possível selecionar aqueles que apresentam relação com a educação do campo, mesmo que não abordem diretamente a gestão escolar nesse contexto.

Como resultado, destacam-se seis dissertações que tratam da educação do campo, sendo elas:

Dissertações:

- 1- Escolas no campo no município de Caraúbas-PB: Contradições, Desafios e Perspectivas – **2022**

Autor(a): Tiago José Vasconcelos De Farias **Orientador(a):** Maria Do Socorro Silva

Direito à Educação;
Nucleação Escolar;
Educação do Campo;
Política Educacional;
Caraúbas-PB

- 2- Garantia do direito à educação escolar das comunidades quilombolas: Desafios e Perspectivas - **2021**

Autor(a): Cintia Leticia Bittar De Araújo Eufrazio **Orientador(a):** Antonio Lisboa Leitao De Souza

Direito à educação;
Educação escolar quilombola;
Política neoliberal;
Comunidades quilombolas;
Paraíba

- 3- O papel dos movimentos sociais pela efetivação do direito à educação do e no campo na Paraíba: resistências e proposições no período de 2010-2020 – **2022**

Autor(a) Danilo De Souza Farias **Orientador(a):** Maria Do Socorro Silva

Fechamento de escolas no campo;
Direito à educação;
Movimentos sociais do campo;
Movimento da Educação do Campo

- 4- A organização e a oferta da educação infantil para as crianças camponesas no município de barra de santana-pb – **2022**

Autor (a): Laurenice Gomes Andrade **Orientador(a):** Maria Do Socorro Silva

Educação do Campo;
Educação Infantil no Campo;
Oferta Educacional;
Organização da Educação Infantil no Campo

- 5- A gestão e a organização das escolas/turmas multisseriadas nos municípios de barra de santana e boqueirão – paraíba - **2020**

Autor(a): Rosa Amelia De Queiroz **Orientador(a):** Maria Do Socorro Silva

Organização e Gestão da Educação;
Turmas/Classes multisseriadas;
Educação do Campo

- 6- A educação do campo no município de queimadas-pb: política, caminhos e desafios- **2021**

Autor(a): Elizabeth Mendes **Orientador(a):** António Lisboa Leitão De Souza

Educação do Campo;
Direito à Educação;
Organização e Gestão Escolar;
Políticas Educacionais;
Queimadas-PB.

Teses:

No repositório da CAPES, ao realizar a análise das teses, foi identificado que o sistema de refinamento não disponibiliza os anos de 2020 e 2024, apresentando apenas as opções de 2021, 2022 e 2023. Mesmo ao aplicar os filtros relacionados à gestão escolar e à Universidade Federal da Paraíba (UFPB), dentro do recorte dos últimos cinco anos, e após examinar cuidadosamente os títulos, resumos e palavras-chave, constatou-se que os trabalhos indicados pelo repositório não possuem relação específica com a educação do campo. Em vez disso, concentram-se em temas de gestão educacional em contextos mais amplos, o que evidencia uma lacuna na produção acadêmica voltada à realidade das escolas do campo.

Diante dessa limitação, o sistema sugere outros trabalhos relacionados à gestão educacional como forma de garantir que os estudantes e pesquisadores obtenham resultados

mesmo diante da ausência de estudos específicos sobre a educação do campo. Essa estratégia, embora não substitua a análise direcionada à temática desejada, constitui um recurso importante para apoiar a continuidade das pesquisas e possibilitar que os usuários do repositório tenham acesso a conteúdos relevantes para compreender aspectos gerais da gestão escolar, servindo como ponto de partida para futuras investigações mais aprofundadas na área rural.

4.2 Resultado do quadro

No momento da realização do levantamento de produções científicas no repositório institucional da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), foi explorado produções acadêmicas, como teses e dissertações que abordassem a temática da gestão escolar no contexto das escolas do campo, nos anos de 2020 á 2024. Entretanto, em decorrência destas pesquisas, o resultado obtido não teve um retorno positivo, visto que, apesar da plataforma do repositório indicar que existem nove trabalhos de dissertações e 6 trabalhos de teses catalogados em seu sistema, após análise detalhada dos títulos, resumos e palavras-chaves, foi revelado que nenhum destes trabalhos publicados tem relação com o campo de pesquisa e os filtros utilizados.

Tipo	Ano					
	2020	2021	2022	2023	2024	Total
Dissertações	0	0	0	0	0	0
Teses	0	0	0	0	0	0

Fonte: Elaborado pela autora. Pesquisa realizada em março de 2025.

Ao realizar a análise das palavras-chave apresentadas nas dissertações e teses, foi possível notar a presença de repetições em palavras como; Pedagogia, Educação Popular, Educação do Campo e Políticas educacionais, sendo assim, é notório que com a limitação de publicações, a estratégia do repositório, se tornar sugerir outras produções que embora não abordem a temática de gestão nas escolas do campo, abordam temas relacionados à educação popular, educação do campo, políticas educacionais e pedagogia, mesmo que não atendam aos filtros utilizados e ao foco principal, estes trabalhos contribuem de forma mais ampla para produções acadêmicas voltadas à educação do campo na Universidade Federal da Paraíba.

A ausência de trabalhos acadêmicos como dissertações e teses sobre gestão das

escolas do campo, no período analisado, evidencia uma lacuna na literatura acadêmica da UFPB sobre o tema. Diante da importância e da complexidade que envolvem as políticas públicas voltadas a educação do campo, levantando assim questões sobre visibilidade, incentivo e o investimento em trabalhos que considerem as especificidades das gestões escolares em escolas do campo. Com isso, essa escassez pode estar relacionada à falta de orientadores especializados, ao número reduzido de pesquisadores interessados na área ou ainda à carência de investimentos voltados a estudos que abordem a educação do campo.

O Repositório Institucional da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) simboliza uma ferramenta fundamental no processo de construção dos saberes científicos dentro da instituição e fora dela, ao possibilitar o acesso publicamente aos trabalhos como teses, dissertações, monografias, trabalhos de conclusão de cursos esta ferramenta consolida-se como fonte segura e acessível de consulta, colaborando para o desenvolvimento de novas pesquisas e projetos, principalmente nos níveis de graduação e pós-graduação.

Para os estudantes que estão em fase de execução de seus trabalhos de conclusão de curso (TCC), o repositório é um elemento que funciona como referencial teórico e metodológico de pesquisa, é através dele, possível observar abordagens de metodologias adotadas por outros pesquisadores. Enriquecendo a fundamentação de novos trabalhos e estimulando a continuidade e aprofundamento em linhas de pesquisa já existentes na universidade.

O Repositório Institucional da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, conhecido como CAPES, é uma ferramenta acessível também para a comunidade acadêmica da Paraíba e todo Nordeste, estabelece-se como uma plataforma digital que reúne, organiza, protege e disponibiliza a produção científica e acadêmica desenvolvida no país, especialmente no âmbito da pós-graduação. Trata-se de uma iniciativa que centraliza teses, dissertações e outros trabalhos produzidos em programas de mestrado e doutorado, garantindo acesso público e gratuito.

Na Paraíba, o repositório cumpre um papel essencial ao reunir a produção das universidades locais, como a Universidade Federal da Paraíba (UFPB) incluindo todos os seus campus, fortalecendo a visibilidade e a circulação do conhecimento produzido na região e fora dela, colaborando também para a Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e todas as instituições privadas que necessitem ter acesso ao repositório para pesquisa, visto que, é uma plataforma que não solicita cadastro para acessar o seu acervo de publicações.

Sua função principal é disponibilizar, de forma organizada e segura, a produção acadêmica para que pesquisadores, estudantes, orientadores e demais interessados possam

consultá-la, evitando a dispersão de informações e assegurando a preservação digital de conteúdos de relevância científica. Além de ser um espaço de registro e memória da produção acadêmica, o repositório atua como ferramenta estratégica para a disseminação do conhecimento.

Para os estudantes do ensino superior, o repositório da CAPES é uma base de referência fundamental no processo da graduação, defesa de mestrados e doutorados, pois a partir desta plataforma os discentes obtém acesso a um grande acervo de pesquisas já concluídas, permitindo que compreendam as metodologias abordadas e se aprofundem em suas áreas de interesse e identifiquem as temáticas com mais precisão. Com esse mecanismo de organização do repositório, facilita o desenvolvimento de novas pesquisas e produções acadêmicas, reduzindo o risco de plágio entre os trabalhos, fortalecendo a originalidade e incentivando de maneira rápida e acessível para toda comunidade. Para os orientadores, esta plataforma funciona como um recurso de acompanhamento dos avanços de cada área, afim de orientar e direcionar seus orientandos para estratégias relevantes, traçando novas perspectivas, além de servir como consulta para análise dos projetos apresentados.

Assim, o repositório da CAPES se torna além de um banco de dados, mas uma plataforma de suporte acadêmico que amplia a democratização do acesso ao conhecimento com sua praticidade, ampliando a qualidade das produções acadêmicas e contribuindo para as áreas de pesquisa nas universidades da Paraíba e no Brasil. Com este recurso, a CAPES garante a visibilidade e acesso as produções acadêmicas, consolidando-se como método essencial na formação de pesquisadores e na melhoria das práticas metodológicas de orientação e na construção de uma rede de conhecimento vai além dos limites geográficos e institucionais

4.3 Parte II – Caracterização Institucional da Escola e Perfil dos Participantes

A Escola está situada na zona rural do município de Conde-PB, no estado da Paraíba. Fundada em 1979, a escola está situada em um território historicamente habitado pelo povo indígena Tabajara, o que contribui para a riqueza cultural que permeia a região.

Atendendo majoritariamente a crianças oriundas de famílias agricultoras, indígenas e quilombolas, a escola acolhe uma comunidade com renda familiar inferior a um salário mínimo, cujos membros, em sua maioria, são beneficiários do programa Bolsa Família. Essa realidade impõe desafios específicos, mas também fortalece o compromisso da instituição com uma educação inclusiva, contextualizada e socialmente comprometida.

A escola é organizada em sete salas de aula, quatro banheiros, uma sala de direção, uma sala dos professores, um cantinho da leitura, cozinha, refeitório, pátio e áreas abertas envolvendo toda a escola, seu corpo docente é caracterizado por professoras formados no ensino superior, com foco maior na área de pedagogia.

O Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola destaca a valorização da cultura quilombola, reconhecendo a importância de preservar e promover as identidades locais em uma realidade profundamente marcada pelo campesinato. A escola atende também a bairros vizinhos, ampliando seu alcance e impacto educacional na região.

A musicalização é uma das marcas culturais do território, sendo uma expressão viva da identidade local e uma ferramenta importante no processo de ensino-aprendizagem. Por reconhecer essa riqueza cultural, a escola busca integrá-la às práticas pedagógicas, fortalecendo o vínculo entre o conhecimento escolar e os saberes comunitários.

A proposta pedagógica da Escola José Albino Pimentel está fundamentada na gestão democrática, com o PPP sendo construído de forma coletiva, envolvendo equipe gestora, docentes, funcionários, estudantes e famílias. Essa abordagem garante maior participação da comunidade escolar nas decisões, promovendo um ambiente mais justo, dialógico e alinhado às necessidades reais do território que a escola serve.

Para a realização do formulário, foi necessário que a gestora, a professora e um aluno, utilizassem a plataforma do Google forms, sendo assim, puderam de forma remota, responder a todas as questões presentes neste formulário. O objetivo foi reunir diferentes perspectivas sobre as vivências no ambiente escolar e sobre o funcionamento da gestão escolar em uma escola do campo. Dessa forma, a construção de dados contemplou três pontos de vista distintos: o da gestão, o do corpo docente e o do corpo discente, proporcionando uma visão mais ampla e representativa da realidade escolar.

4.4 Percepções da Gestão Escolar: Análise das Respostas ao formulário da gestora e professora

Para compreender a dinâmica da gestão escolar no contexto da educação do campo, foram obtidos relatos da gestora, da professora e de um aluno, que foram registrados por meio de um formulário aplicado via Google Forms. As respostas fornecem elementos importantes sobre a organização administrativa e pedagógica da instituição, a participação da comunidade escolar e os desafios enfrentados no processo de gestão democrática.

Entre os aspectos que se aproximam da teoria, destaca-se a valorização da participação coletiva nas decisões pedagógicas, mencionada tanto pela gestora quanto pela professora, o

que demonstra uma tentativa de construir um ambiente de gestão pautado no diálogo e na corresponsabilidade. A postura da gestora, ao afirmar que busca exercer uma liderança respeitosa e não autoritária, também se alinha às concepções teóricas que defendem o gestor como mediador das relações escolares e promotor de práticas participativas. Além disso, a presença de reuniões e momentos de acompanhamento pedagógico reforça a existência de um processo de avaliação contínua, fundamental para o aperfeiçoamento da prática escolar.

Entretanto, alguns elementos observados revelam divergências entre o que a teoria propõe e o que ocorre na prática cotidiana. Embora haja o reconhecimento da importância da participação, a gestora admite que nem todos os segmentos da escola, como o pessoal de apoio, são incluídos nas tomadas de decisão, o que limita o alcance da gestão democrática. Outro ponto de distanciamento está na avaliação do Projeto Político-Pedagógico (PPP), reconhecida como essencial, mas ainda não realizada de forma efetiva, devido à falta de tempo e de envolvimento da comunidade escolar. Soma-se a isso a sobrecarga da diretora, que frequentemente assume funções docentes, o que indica uma gestão ainda centralizada e carente de condições adequadas de trabalho.

Essas constatações revelam lacunas importantes no processo de gestão escolar, entre elas a falta de estrutura e tempo para promover momentos de reflexão coletiva, a resistência de alguns funcionários à participação e a dependência excessiva da figura da gestora. Diante disso, torna-se necessário fortalecer a cultura participativa na escola, por meio da ampliação dos espaços de diálogo e da inclusão de todos os segmentos da comunidade escolar. Também é fundamental criar momentos formativos voltados à revisão e atualização do PPP, articulando-o às demandas reais do campo, além de garantir condições institucionais que evitem a sobrecarga da direção. A ampliação do uso de tecnologias e redes de comunicação pode contribuir para a circulação de informações e a transparência nas decisões, enquanto parcerias com universidades e movimentos sociais do campo podem potencializar a formação continuada e o fortalecimento da identidade da escola do campo. Assim, a experiência analisada, apesar dos desafios, traz contribuições valiosas para a construção de práticas de gestão mais democráticas, inclusivas e coerentes com os princípios da educação do campo.

Quando questionadas sobre a sistemática de tomada de decisões, tanto a gestora como a professora afirmaram que o processo ocorre, predominantemente, em relação às questões pedagógicas. A diretora destacou que procura ouvir todos os profissionais, embora nem sempre consiga incluir todo o pessoal de apoio nos planejamentos, devido à resistência

desses funcionários. Já a professora reforçou que as decisões são realizadas com a participação de toda a escola.

Em relação ao papel de liderança, a gestora afirmou que **“Sim, geralmente não é fácil, pois numa escola temos diversos públicos e preciso ter jogo de cintura para me direcionar a cada um deles sem confundir liderança com autoritarismo. Faço o possível para tratar todos com respeito e igualitário, não faço distinção com quem tem um cargo mais elevado e com o de cargo menos elevado, todos são importantes ”**

Sobre a definição de responsabilidades entre professores e gestão, ambas indicaram que sim, embora a diretora tenha apontado sobrecarga de funções, assumindo, por vezes, o papel do professor ausente para garantir o cumprimento dos 200 dias letivos.

Quanto ao acompanhamento das decisões, as respostas revelaram que existe um sistema de avaliação, seja por meio do estudo de resultados pedagógicos, com ajustes quando necessário, ou por reuniões e planejamentos coletivos. No que se refere ao clima organizacional, tanto a gestora quanto a professora apontaram um ambiente positivo, marcado pelo incentivo ao bom relacionamento, com destaque para a postura democrática da gestão.

Quando questionadas sobre a avaliação do Projeto Político-Pedagógico (PPP), ambas reconheceram sua importância, mas admitiram que a avaliação ainda não ocorre de forma efetiva, devido à falta de abertura e tempo para realizar os estudos necessários com a comunidade escolar.

As respostas do formulário também indicaram que os professores são orientados quanto à elaboração de planos e planejamentos, principalmente por meio de reuniões quinzenais e orientações semanais conduzidas pela gestão e supervisão escolar. Além disso, há momentos específicos para discutir os resultados das avaliações de aprendizagem, com um cronograma definido no início do ano letivo e reuniões periódicas.

O compartilhamento das informações ocorre por meio de reuniões e, em alguns casos, pelas redes sociais, garantindo a circulação das orientações e decisões. Por fim, ambas consideraram a relação entre a equipe pedagógica e os professores como boa, apesar de reconhecerem divergências ocasionais, interpretadas como parte natural de uma gestão democrática, onde diferentes opiniões coexistem.

4.5 Percepção do Aluno sobre a Gestão Escolar

Para complementar a análise sobre a gestão escolar no contexto da educação do campo, foi aplicada uma entrevista, via formulário do Google Forms, com um aluno da Escola Municipal José Albino Pimentel, localizada no município do Conde- PB. De forma anônima, o estudante pôde expressar suas perspectivas sobre a administração escolar, o relacionamento entre equipe gestora, professores e estudantes, bem como o grau de participação dos alunos no processo decisório. É importante destacar que, em muitos casos, as respostas dos discentes tendem a ser mais sucintas, o que é normal, especialmente quando se trata do primeiro contato do estudante com nomenclaturas como “gestão democrática”. Por se tratar de um aluno, é natural que ele seja mais objetivo em suas colocações, privilegiando respostas diretas e claras, sem se aprofundar excessivamente em conceitos teóricos, o que não diminui o valor das informações coletadas, oferecendo uma perspectiva prática e imediata sobre a realidade escolar.

O aluno classifica a gestão escolar da instituição como uma gestão democrática e evidencia que a escola busca promover a participação e diálogo entre todos os funcionários e alunos. Quando questionado sobre como avalia a forma de administração da gestão, respondeu de forma positiva, considerando-a **“legal, com ensinamentos bons”**.

Quanto a escuta das demandas estudantis, o aluno afirmou que a direção está aberta a sugestões citando uma solicitação dos alunos: **“Sim, um dia para os alunos terem um horário de recreação por turma. Aonde fomos atendidos”**. Além disso, relatou já ter participado de uma reunião ou assembleia com decisões coletivas, ocorrida quando os alunos manifestaram cansaço em razão de muitas atividades.

No que diz respeito ao incentivo ao diálogo e ao respeito entre todos os membros da comunidade escolar, a resposta foi afirmativa, destacando que existe boa convivência entre alunos, professores, pais e direção. Por fim, ao ser perguntado se saberia a quem recorrer para propor mudanças na escola, o estudante respondeu que buscaria a professora, a diretora ou a secretária de educação para resolução de seus questionamentos ou problemas, o que demonstra conhecimento sobre os canais de comunicação disponíveis.

5. CONCLUSÃO

A gestão nas escolas do campo necessita de uma estratégia que seja sensível às especificidades dos indivíduos do campo, das florestas e das águas e que considere a diversidade cultural, social e econômica de seus estudantes e a comunidade na qual estão inseridos. A presente pesquisa evidenciou a escassez de produções acadêmicas específicas sobre a gestão das escolas do campo, tanto no repositório institucional da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) quanto no Banco de Teses e Dissertações da CAPES, onde não foram localizados trabalhos voltados diretamente a essa temática. Essa ausência aponta para uma lacuna importante na literatura científica e justifica a relevância deste estudo.

Diante desse cenário, a etapa empírica do trabalho — por meio da aplicação de formulários junto a escola situadas no campo — buscou compreender como a gestão escolar tem se desenvolvido nesse contexto. Os dados coletados indicam a presença de práticas associadas à gestão democrática, como a participação da comunidade e o envolvimento de diferentes setores no cotidiano escolar. No entanto, também foram identificados aspectos que demandam aperfeiçoamento, especialmente no que diz respeito à formação dos gestores, à autonomia administrativa e à efetivação de uma gestão realmente participativa e contextualizada.

Considerando os resultados, conclui-se que ainda há desafios significativos para a consolidação de uma gestão escolar do campo que seja coerente com as especificidades e demandas das populações do campo. Recomenda-se, portanto, o aprofundamento de estudos sobre o tema, especialmente pesquisas que articulem teoria e prática, e que possam subsidiar políticas públicas voltadas à qualificação da gestão nas escolas do campo. Além disso, futuras investigações podem explorar outras regiões e contextos, contribuindo para ampliar o conhecimento sobre o tema e fortalecer o direito à educação do campo com qualidade e equidade. Apesar da relevância da temática, o presente estudo enfrentou limitações significativas no acesso a materiais acadêmicos sobre a gestão das escolas do campo. A consulta aos repositórios da UFPB e da CAPES revelou a existência de produções voltadas para outras áreas da educação, como gestão escolar em contextos urbanos, educação infantil, e educação popular, mas não foram encontrados trabalhos que tratassem especificamente da gestão no contexto da educação do campo. Essa ausência pode estar relacionada tanto à escassez real de pesquisas na área quanto à limitação dos próprios sistemas de busca e

categorização das plataformas consultadas. Assim, parte das análises bibliográficas ficou à mercê da atualização e da acessibilidade dos repositórios. Isso reforça a necessidade de ampliação e sistematização das bases de dados acadêmicas sobre o tema, bem como do incentivo à produção científica nesse campo específico.

A legislação brasileira, embora ofereça um marco importante para a inclusão das escolas do campo no sistema educacional e nas políticas públicas, precisa ser ampliada por ações concretas de implementação, capacitação, valorização das culturas locais e melhorias significativas das infraestruturas físicas dessas instituições. A formação dos gestores, a adoção de uma gestão democrática e a integração da comunidade escolar com a comunidade externa são elementos essenciais para superar as dificuldades e construir um modelo educacional que seja inclusivo e adaptado às realidades do campo. Somente assim será possível garantir que a educação no campo atenda de fato às necessidades dos alunos, com qualidade e contribua para o desenvolvimento sustentável desses sujeitos.

A partir da análise teórica, do levantamento nos repositórios institucionais e dos formulários realizados com a equipe de uma escola do campo, envolvendo a gestora, professora e uma estudante, foi possível refletir sobre o tipo de gestão vivenciada numa escola localizada no campo.

Os resultados demonstraram que, embora a gestão democrática seja reconhecida como princípio fundamental, sua efetivação nas escolas do campo ainda enfrenta barreiras significativas. Questões como a falta de infraestrutura, a sobrecarga da equipe gestora, a ausência de avaliação sistemática do Projeto Político-Pedagógico (PPP) e a dificuldade de inclusão de todos os segmentos da comunidade escolar nos processos decisórios evidenciam as limitações do modelo atual. Segundo Libâneo (2004) a gestão democrática fundamenta-se na participação efetiva que envolve a comunidade escolar e a sociedade em geral, sendo assim, participando das tomadas de decisões relacionadas à escola e aos processos educacionais através do projeto político pedagógico.

Por outro lado, as respostas revelaram aspectos que condizem com a gestão democrática e seus fundamentos, mas que precisam sempre de aprimoramento, como o esforço da gestão em manter um ambiente agradável, a realização de reuniões periódicas e a abertura para o diálogo, mesmo que em situações pontuais. Nesse sentido, Lück (2009, p. 71) enfatiza que a gestão democrática se define pelo reconhecimento do papel da participação consciente e informada dos membros da comunidade escolar nas decisões relacionadas à organização e ao planejamento de suas atividades, demonstrando que tais

processos participativos, ainda que em estágio de aprimoramento representam etapas essenciais na construção de uma gestão verdadeiramente democrática e participativa, incluindo e acolhendo seus alunos, colaboradores e a comunidade.

No levantamento bibliográfico realizado nos repositórios da UFPB e da CAPES, observou-se uma ausência significativa nas produções acadêmicas específicas sobre gestão das escolas do campo, nas áreas de defesa de mestrados e doutorados, apesar da relevância social e educacional do tema. Essa constatação reforça a necessidade de incentivo a projetos de pesquisa e extensão voltados para a educação do campo, uma vez que tais iniciativas contribuem para a construção de políticas públicas mais eficazes e para a valorização das culturas e identidades rurais.

Freire (1996) destaca que a pesquisa se configura como uma atividade de produção de conhecimento, de criação, possibilitando que educadores e educandos se estabeleçam como protagonistas ativos na construção do saber. Nesse sentido, é fundamental que a universidade, por meio de seus programas de graduação e pós-graduação, estimule investigações que contemplem as especificidades das comunidades camponesas, garantindo que o direito à educação seja efetivado de forma equitativa e contextualizada.

Nesse sentido, destaca-se a relevância dos sistemas de repositórios institucionais e da CAPES, que se caracterizam como ferramentas essenciais para o acesso e a ampliação do acesso ao conhecimento científico evidenciando. A consulta a essas bases permite ao pesquisador reunir referências, compreender metodologias já aplicadas, identificar lacunas temáticas e, assim, construir novos estudos com maior precisão acadêmica. Para estudantes em fase de elaboração de trabalhos de conclusão de curso, como este, os repositórios funcionam como um recurso pedagógico, uma vez que possibilitam a análise crítica de diferentes abordagens e contribuem para o desenvolvimento de pesquisas mais coerentes e confiáveis.

Porém, a ausência de estudos recentes sobre gestão escolar no contexto da educação do campo, evidenciada no levantamento, indica que, apesar do papel estratégico dos repositórios, ainda é necessário ampliar a produção científica nessa área. Para isso, é imprescindível que políticas institucionais e governamentais incentivem pesquisas, cursos de formação continuada e projetos que valorizem a especificidade da gestão escolar no campo. Como afirma Caldart,

A Educação do Campo precisa ser uma educação específica e diferenciada, isto é, alternativa. Mas sobretudo deve ser educação, no sentido amplo de processo de formação humana, que constrói referências culturais e políticas para a intervenção das pessoas e dos sujeitos sociais na realidade (CALDART, 2004, p. 153).

Tais ações são fundamentais para garantir que as práticas de gestão sejam coerentes com os princípios da Educação do Campo, respeitando os saberes, a cultura e as necessidades das comunidades incluídas neste cenário.

Assim, conclui-se que a gestão no campo não pode ser vista como simples adaptação do modelo urbano, mas como um processo que deve dialogar com as condições de vida, a cultura e as necessidades das comunidades camponesas. É fundamental fortalecer a formação dos gestores, valorizar os saberes locais e garantir que a escola continue sendo um espaço de resistência e de identidade para os povos do campo. É também importante para as gestões das escolas do campo o preparo, a construção e a aplicação dos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP), visto que eles garantem e asseguram a identidade dessas escolas e suas práticas. Dessa forma, as gestões podem cobrar efetivamente os representantes políticos por direitos e recursos necessários.

Mais do que apontar problemas, este estudo buscou reafirmar a importância de se olhar para as escolas do campo com sensibilidade e compromisso. Apenas com políticas públicas efetivas, participação da comunidade e produções científicas voltadas a esse contexto será possível construir uma educação que realmente garanta o direito de aprender sem que os estudantes precisem renunciar de sua cultura, de sua história e de seu território.

Desenvolvendo estratégias pedagógicas e incentivando professores e pedagogos a planejarem novos métodos de ensino em parceria com a comunidade escolar e a equipe de gestão, com materiais de apoio que estimulem essas atividades e que permitam aos estudantes irem além do ensino tradicional, que não se limitem apenas ao livro, caderno e lápis para realização de suas atividades cotidianas. O ensino deve ser construído de forma interdisciplinar, garantindo que nenhuma disciplina seja desvalorizada e aprimorando e facilitando o processo de alfabetização desses indivíduos, seja na educação básica ou na educação de jovens, adultos e idosos. Nesse sentido, recomenda-se o uso de materiais alternativos e recicláveis, de fácil acesso e comuns na região, integrando-os às práticas pedagógicas de maneira criativa e contextualizada com as práticas de vivência externa, bem como incentivando os estudantes das escolas do campo a ingressarem no ensino superior, caso desejem, fazendo com que se identifiquem com os conteúdos e levem esses conhecimentos para seus territórios.

Nesse sentido, é fundamental que as universidades estejam receptivas a esse público, oferecendo suporte e condições especialmente àqueles que pretendem cursar Pedagogia com aprofundamento na Educação do Campo, incluindo o incentivo à participação em pesquisas

e projetos conduzidos por seus docentes na universidade, corroborando com estratégias que vão além da graduação, incentivando a realização de pós-graduação, mestrado e doutorado.

Para que isso seja possível, é necessário que as universidades, em conjunto com o Estado, proporcionem condições adequadas, tanto financeiras quanto sociais, aos pesquisadores e seus orientadores, estimulando futuramente a produção de teses e dissertações sobre a gestão das escolas do campo na Paraíba. Possibilitando que os repositórios sejam alimentados por estes projetos e assim distribuam corretamente a futuras pesquisas acerca da temática.

6. REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. P. **Desafios da gestão escolar no contexto rural**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.
- ARROYO, M. **Ofício de mestre: imagens e auto-imagens**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.
- ARROYO, M.; CALDART, R.; MOLINA, M. **Educação do Campo: identidade e políticas públicas**. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- BARBOSA, F. J.; COSTA, D. A. **Educação do campo: currículo e gestão nas escolas rurais**. Petrópolis: Vozes, 2012.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.
- BRASIL. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009.
- BRASIL. Ministério da Educação. Portaria MEC nº 538, de 24 de julho de 2025.
- BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Resolução CD/FNDE nº 6, de 8 de maio de 2020.
- BRASIL. Plano Nacional de Educação (PNE). Brasília, 2014.
- BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002
- CALDART, R. **Pedagogia do movimento e a Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- CALDART, R. S. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- CALDART, Roseli Salete. **A educação do campo: notas para uma análise de percurso**. In: MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sonia Meire Santos de (Orgs.). **Educação do campo: o fazer e o pensar**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2004. p. 31-58.
- CALDART, R. **Educação do campo: notas para uma análise de percurso**. In: MOLINA, M. C.; JESUS, S. M. S. de (org.). **Contribuições para a construção de um projeto de educação do campo**. Brasília: Articulação Nacional “Por Uma Educação do Campo”, 2004. p. 15.
- DINIZ, R. A. **A gestão escolar no contexto das escolas do campo**. Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, v. 9, 2024.
- FAO. Cooperativas impulsionam agricultura familiar.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- IBGE. Censo Agropecuário 2017.
- INEP. Panorama da Educação do Campo. Brasília, 2021.
- LIBÂNEO, J. C. **Democracia e gestão da educação pública**. São Paulo: Cortez, 2004.
- LÜCK, H. **Gestão educacional: teorias e práticas**. São Paulo: Cortez, 2005.

LÜCK, H. **Gestão participativa e qualidade educacional**. Porto Alegre: Artmed, 2011.

LÜCK, H. **Gestão educacional: uma questão paradigmática**. Petrópolis: Vozes, 2009.

MIZUKAMI, M. G. N. **Ensino e aprendizagem: uma reflexão sobre a prática pedagógica**. São Paulo: EPU, 2002.

POLÍTICAS PÚBLICAS - **Assembleia Legislativa de Minas Gerais**. Políticas Públicas – Agricultura Familiar – Entenda – Informações Gerais. 10 fev. 2020.

SANT ANA, Helena Amaral. **A Educação do Campo como espaço de aprendizagem coletiva, resistência e fortalecimento identitário**. Revista Educação Pública, Rio de Janeiro, v. 24, nº 2, 23 de janeiro de 2024. SANTOS, M. O espaço do campo e as dificuldades de acesso à educação. São Paulo: Hucitec, 2006.

SAVIANI, D. **A escola e a educação: reflexões sobre a prática pedagógica**. Campinas: Autores Associados, 1996.

TEDESCO, J. S. **Formação de gestores e educação rural: reflexões e práticas**. Porto Alegre: Artmed, 2011.

UBES – União Brasileira dos Estudantes Secundaristas. **Escolas rurais: a importância de garantir educação no campo**. 2025.

7. APÊNDICE

Formulário com professora, gestor e aluno.

Este formulário tem como objetivo, coleta de dados para a construção do trabalho de conclusão de curso. Onde foi feita uma análise de quais trabalhos de tese e dissertação já foram publicados e como a gestão é aplicada nas escolas do campo. Aluna, Lays Alves

1. Você já ouviu falar em “ Gestão democrática” na escola ? *Marcar apenas uma oval.*

☐

Sim

☐

Não

☐

Não tenho certeza

2. Como você descreveria a gestão escolar da sua escola ?

3. Como você avalia a forma que a gestão escolar administra a escola ?

4. Na sua opinião, a direção da escola escuta os alunos e as suas sugestões? Dê um exemplo, se possível

5. Você já participou de alguma reunião, assembleia ou atividade em que decisões foram tomadas coletivamente na escola? Como foi?

6. Você sente que os professores e a direção da escola incentivam o diálogo e o respeito entre todos os alunos, pais, responsáveis e funcionários ? Por quê?

7. Se você quisesse mudar algo na escola, saberia com quem falar ? Quem?

Questionário aplicado a gestora e professora.

1. *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Gestora
- ☐ Professora

2. Qual é o tipo de gestão adotada na escola?

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Gestão democrática / participativa
- ☐ Gestão tradicional/ autoritária

3. Qual é a sistemática de tomada de decisões? Como é esse processo ?

4. Você se sente uma líder no papel de gestora escolar? Explique, como é o relacionamento pessoal da direção com os outros funcionários da escola?

5. As responsabilidades estão claramente definidas e organizadas entre professores e gestão ?

6. Há algum sistema de acompanhamento, controle e avaliação das decisões tomadas?

7. Há um clima de trabalho positivo, que estimula e incentiva a equipe escolar?
Explique

8. Existe avaliação da execução do PPP? Se sim, como é feita avaliação da execução do PPP? Quem realiza esta avaliação?

9. Os professores são orientados para elaboração de planos, planejamentos e correções ? Como isso é feito?

10. Há momentos previstos na rotina escolar para a organização e discussão entre os professores e gestão dos resultados das avaliações da aprendizagem dos alunos? Como são esses momentos ?Onde são realizadas as reuniões da escola?

11. Como é o compartilhamento das informações da escola ?

12. Como é a relação da equipe pedagógica com os professores

